

A CAMINHADA DA IGREJA NO MARANHÃO COMO POVO DE DEUS

*João Maria Van Damme**

RESUMO

A Assembléia do Povo de Deus (APD), realizada em São Luís do Maranhão (janeiro de 2004), criou a oportunidade de refletir sobre a história da nossa Igreja a partir deste conceito introduzido recentemente pelo Concílio Vaticano II. Este evento histórico foi preparado durante a primeira metade do século XX por movimentos e experiências que estiveram presentes igualmente no Maranhão. A participação e a influência de leigos foi de uma importância decisiva para os avanços do Concílio. A decisão da APD de continuar esta história de compromisso social e político e de busca de renovações estruturais com base nas Comunidades Eclesiais de Base dá testemunho, mesmo que de forma hesitante, que o espírito do Vaticano II continua vivo e animará a pastoral dos próximos anos nas nossas Igrejas particulares.

Palavras-chave: Povo de Deus. Vaticano II.

RESUME

L'Assemblée du Peuple de Dieu (APD), réalisée à São Luís do Maranhão (janvier 2004) proporcione l'opportunité de réfléchir sur l'histoire de notre Église partant de cet concept, introduit récemment par le Concile Vatican II. Cet évènement historique a été préparé pendant la première moitié du XXIème siècle par des mouvements et des expériences présentes également au Maranhão. La participation et l'influence des

* Mestre em Ciências Religiosas – Universidade Católica de Lovain – Bélgica.

laics fût d'importance decisive pour les avances du Concile. La décision de l'APD de continuer cet histoire d'engagement social et politique et de chercher des renouvellements structurels basé sur les Communautés Ecclésiales de Base, témoigne que, même hésitante, l'esprit du Vatican II continue vive et animera la pastoral des prochaines années de nos Églises particulières.

Mots-clefs: Peuple de Dieu. Vatican II.

A realização da Assembléia do Povo de Deus no Maranhão durante o ano de 2003 e o começo de 2004, constitui uma oportunidade singular para refletir sobre a história da nossa Igreja a partir deste conceito bíblico. Durante séculos, a Igreja esqueceu-se de que era o novo povo de Deus, sucessora de Israel que se tinha reconhecido como tal durante centenas de anos. Na própria historiografia, o centro das atenções costumava ir para a ação da instituição, representada pela hierarquia e pouco para a religiosidade e a ação dos leigos, daqueles que chamamos de "a base". É na segunda metade do século XX que, aos poucos e não sem resistências internas, a Igreja vai se redescobrir como povo e tentará tirar disso as conseqüências para sua organização e ação evangelizadora.

O Concílio Vaticano II foi o momento histórico em que a redescoberta da Igreja como povo de Deus se cristalizou. Pretendemos neste artigo traçar, em linhas gerais, os antecedentes e os acontecimentos subseqüentes a este importante momento histórico eclesial e especialmente resgatar como a nossa Igreja do Maranhão fez parte ativa desta história. Queremos chamar atenção pelo fato de que houve um recuo, uma hesitação na nossa Igreja, em meados da década de 1980, que fez com que as ricas possibilidades de renovação e a urgente adequação da ação evangelizadora às exigências dos tempos modernos ou pós-modernos, não se realizou na intensidade que precisava e que era desejável. Ressaltamos, finalmente, o forte desejo da Igreja do Maranhão em dar continuidade ao movimento

profético que ela iniciou no período anterior ao Concílio e que ela conseguiu segurar até o presente momento, apesar das tempestades e de suas fragilidades.

A IGREJA EM MUDANÇA

Novos ventos iam soprar pela Igreja: era essa a impressão que transparecia quando o Papa João XXIII convocou o 21º Concílio¹ Ecumênico², o segundo realizado na Cidade do Vaticano. A novidade não caiu simplesmente do céu. Havia movimentos, indícios, necessidades que levavam à urgência da Igreja repensar seu lugar e papel na sociedade. Sua estrutura, fortemente marcada por valores, atitudes e práticas dominantes na cultura medieval, estava sendo questionada, interna e externamente. O anti-modernismo como imposição clerical³ não encontrava mais eco nas mentes das pessoas. A emancipação política, social e cultural da sociedade laica não proporcionava mais uma aceitação cega de normas e instruções sem discussão, sem convencimentos, sem motivações, sem perceber razões lógicas. E a Igreja não se prestava muito a um diálogo franco e aberto, no qual seria instigada a ouvir e aceitar críticas e pontos de vista diferenciados. Pelo outro lado, o otimismo ocidental frente ao crescimento econômico era ofuscado pela miséria e as novas formas de escravidão social e mental que tomaram conta sobretudo dos continentes do terceiro mundo. João

¹ ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987. Verbete "Concílio". Tomo 6, p. 2713.

² COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos, declarações**. 5. ed. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M. Coordenação Geral de Frei Frederico Vier O.F.M. Petrópolis: Vozes, 1971. Concílio Ecumênico, "não no sentido tradicional de 'universalidade' ou 'catolicidade' (nesse sentido o Concílio evidentemente também foi ecumênico), mas na acepção moderna de favorecer a unidade dos cristãos".

³ Em 1864, o papa Pio IX acrescenta a sua Encíclica "Quanta cura", uma lista de "erros" da modernidade.

XXIII, que se pensava ser um papa de transição, com breve pontificado, escolhido aos 77 anos de idade, captou estes sinais dos tempos e num ato inusitado para muitos iniciou o processo organizativo do Concílio.

A transição entre a idade medieval e a modernidade tem como um de seus principais movimentos a invasão europeia nos continentes asiático, africano e americano. As potências ocidentais tinham como objetivos explícitos a expansão de seus territórios e a apropriação das riquezas que acreditavam ali encontrar. As atividades missionárias estavam atreladas a este projeto colonizador. As congregações religiosas serviam ora para abençoar os exércitos de ocupação nas suas investidas contra as populações nativas, ora para manter os territórios e seus habitantes sob controle do invasor. No Brasil, apesar da fama que construíram em torno da questão indígena, como defensores das nações nativas contra a exploração e seu uso como escravas pelos brancos, a contribuição dos jesuítas na região amazônica foi fundamental para o projeto colonial. Através de suas viagens pelos rios, de contatos com as tribos e da implantação de suas missões, tanto consolidaram a ocupação efetiva da região a favor dos portugueses como abriram a floresta e preparavam os nativos para a defesa das fronteiras contra as demais nações europeias que disputavam estas terras. Conflitos entre Portugal e Espanha, com a França, a Inglaterra e a Holanda eram constantes e envolviam diretamente as “religiões” (congregações religiosas). A hostilidade entre os países se refletia na rivalidade entre os religiosos destes países.

Na Ilha de São Luís, as guerras de ocupação envolveram respectivamente a França e a Holanda. Mas há confrontos no rio Amazonas que envolveram navios e bandos ingleses e espanhóis. E em todos estes episódios, desde as primeiras viagens exploratórias, a presença de religiosos é patente. A implantação da estrutura eclesial e o projeto colonial se confundiam.

O padroado era expressão desta combinação. Enquanto o clero se comprometia em defender lealmente os interesses das coroas portuguesa e espanhola, estas se comprometeram em garantir a manutenção da estrutura eclesial. Os monarcas “cristãos” tinham o direito de cobrar os impostos e influíram na nomeação de bispos e criação de novas dioceses e paróquias. Esta influência durou, na Igreja do Brasil, até o final da época imperial.

A relação entre os poderes temporal e espiritual, não era pacífica. Havia desentendimentos sobre quem era o maior. Papas e monarcas consideravam-se superiores uns aos outros por ordem divina. A guerra da investidura mostra esta rivalidade entre papado e reinados. No Maranhão, eram constantes as brigas e intrigas entre governadores e bispos que testemunham desta rixa e ânsia pelo poder.

Com a difusão da sociedade burguesa industrial nos séculos XVIII e XIX, as relações sociais e políticas mudaram. A burguesia tomou o lugar da nobreza. Novas formas de exercício de poder se implantaram. Conceitos modernos sobre liberdade e progresso foram se formando. O conhecimento científico e técnico trouxe mudanças até na interpretação e avaliação da doutrina religiosa. Mas a Igreja Católica organizou uma resistência contra a penetração da nova cultura moderna, que entre suas expressões mais claras conta com o dogma da infalibilidade do papa, proclamado no Concílio Vaticano I (1870).

Não era fácil convencer uma estrutura herdada, forte e potente, convicta de que era portadora da única verdade, a retomar sua inspiração inicial. A postura de auto-defesa em que ela se viu posta a impediu de ver os sinais dos tempos. Mesmo assim, havia janelas para o mundo que, não sem contradições, deixaram penetrar os tempos novos dentro dela. A importantíssima Encíclica “Rerum Novarum” (Das coisas novas... - 1891) do papa Leão XIII exerceu uma influência enorme nos movimentos operários católicos. O tom da carta papal ainda é fortemente defensiva, sobretudo na parte primeira em que incrimina o socialismo como

falso remédio para o estado deplorável em que se encontra o operariado e para a concentração em poucas mãos das riquezas acumuladas. Mas a organização dos trabalhadores não passa despercebida, nem as crescentes injustiças sociais. Esta realidade exigiu da Igreja e do papa Leão XIII este posicionamento explicitado na Encíclica.

UM POVO? DUAS CLASSES?

Graciano, canonista do século XII⁴, foi quem de forma mais lapidar e evidente consagrou a separação entre clero e laicato. “Há dois gêneros de cristãos”, proclama⁵. Esta dicotomia não é encontrada na Igreja primitiva. A separação de um estamento clerical distinto do povo⁶ é invenção teológica tardia: como se o clero não pertencesse a este mesmo povo. Nem sempre, as duas camadas adotam posturas semelhantes. A hierarquia se via como investida de um pátrio poder sobre seus “filhos e filhas”. Entendia-se como o “responsável” daqueles que eram ignorantes e não instruídos na doutrina verdadeira e certa. Comportava-se como dirigente absoluto dos demais cristãos, incorporando e reproduzindo o poder absoluto da nobreza. Ela definia dogmas, regras de conduta, conceitos, conteúdos e interpretações da Palavra Sagrada à qual somente ela tinha acesso. Os cristãos-leigos tinham que aceitar o depósito interpretado e obedecer às normas e leis, definidas sem a sua participação.

Esta dicotomia exige que nas análises históricas sobre a Igreja, tratemos da distinção entre posicionamentos, atitudes e ações por parte, de um lado do clero, pelo outro dos fiéis leigos. Muito se tem escrito sobre o magistério.

⁴ P. PIERRARD. **História da Igreja**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 111

⁵ J. COMBLIN, **O Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002. (Temas de atualidade). p. 41-42.

⁶ A palavra grega “laicos” (do qual é derivado nossa palavra leigo) tem como significado membro do povo e não contém a conotação de incompetente com status inferior que o conceito apresenta em nossa sociedade (ex.: parteira leiga, ele é leigo nesta matéria...)

Pronunciamentos, atitudes e ações de papas, bispos, religiosos e padres são ressaltadas com freqüência. Mas nem sempre expressam comportamentos e idéias da Igreja como um todo. Muitas vezes, quem não concorda com posições oficiais do magistério é posto de lado ou fora da Igreja, como aconteceu com muitos movimentos de cristãos que ousaram levantar críticas, muitas vezes fundadas, ou discutir equívocos cometidos pela hierarquia. Ao bom cristão não cabia discutir mas obedecer e aceitar.

No decorrer do século XX crescem as experiências de democracia nas organizações estatais e começa-se a resgatar as culturas nativas. O pluralismo não é mais vista como defeito, com acontecia na cristandade, mas como realidade que brota das experiências diferenciadas de vida pelas quais pessoas e povos passam. O ideal da unicidade, que dominou tanto a sociedade civil como as religiões, perde força. O pensamento dialético – muito combatido por todos aqueles que são investidos com poder, porque mina suas ambições e ameaça suas posições acima dos demais – mostrou como a forma de pensar, sentir, interpretar a realidade tem uma ligação profunda com as experiências diversas e contraditórias que as pessoas e grupos humanos vivenciam. Se não houver momentos em que esta diversidade possa ser intercambiada, trocada, discutida, dificilmente se chega a um consenso, a uma síntese que a todos apraz. E neste momento, o argumento da autoridade funciona para a imposição da percepção dos mais fortes sobre “o povo”.

Como bem observa J. Comblin⁷ a “teologia do povo de Deus foi a grande novidade do Vaticano II”. A centralidade deste conceito nos textos oficiais do Concílio se apreende do fato que na Constituição sobre a Igreja⁸, o segundo

⁷ J. COMBLIN, o.c., p. 51.

⁸ Constituição dogmática “Lumen Gentium” em Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos, declarações. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M. Coordenação Geral de Frei Frederico Vier O.F.M. Petrópolis: Vozes. 1971 p. 39-113.

capítulo é a ele dedicado. O esquema medieval dos tratados sobre a Igreja sempre iniciava com a hierarquia antes de falar sobre os leigos. De forma consciente, os Padres conciliares pretendiam quebrar com esta ordem. Antes da hierarquia existe o povo e é em função dele, para servi-lo, que alguns aceitam ser e são consagrados ministros.

A palavra “ministro” – minister em latim – originalmente significa servidor. É o contrário de hieres (ἱερεύς), sacerdote. “Hierarquia” é o oposto de ministério. Archein (ἀρχεῖν - raiz dearquia) – palavra grega – significa governar, exercer poder. Hierarquia é o governo dos sacerdotes. Ministério é estar a serviço de alguém. Esta diferença, João XXIII e muitos Padres conciliares haviam entendido e colocar o capítulo sobre o povo de Deus antes de tratar do clero, simbolizava dar mais relevo, maior importância e lugar de destaque aos “leigos”, aos integrantes ou membros do povo.

O esquema medieval em que duas ordens distintas de cristãos, uma superior, o clero, outra inferior, os leigos, era assim intrinsecamente criticado. Porém, o Concílio não conseguiu soltar-se por completo da ordem medieval, porque retomou no 4º capítulo o discurso sobre os leigos. A ruptura com a visão dicotômica sobre a Igreja não se concretizou. A volta para a Igreja da tradição apostólica não chegou a se completar.

Mesmo assim, a inspiração conciliar permanece viva nas CEBs, que foram suspeitas em determinados momentos de serem contrárias a padres e bispos. Nada é menos verdadeiro. As CEBs consideram estes seus companheiros e conselheiros, porém exigem que elas, mesmas sejam reconhecidas e respeitadas como povo de Deus, todo ele ministerial, missionário, participe do múnus tríplice que Jesus conferiu a sua Igreja: ser profeta (com inserção social e política na sociedade e não separada ou acima do mundo), ser sacerdote (não como casta, mas como dimensão de toda a Igreja ser) e ser rei (com direito a coresponsabilidade na orientação e ordenamento interno da comunidade dos cristãos).

A VEZ DO LAICATO

Dois movimentos paralelos desenvolveram-se no decorrer do século XX dentro da Igreja. A valorização do laicato, não mais como rebanho passivo mas como ator evangelizador autônomo e revestido com responsabilidades próprias constitui-se inspiração central do primeiro. Expressão deste movimento é a Ação Católica (AC) que nasceu na Europa nos anos 1920, primeiro no meio operário, depois em outros meios sociais específicos (mulheres, trabalhadores rurais, estudantes, jovens operários, etc.). No Brasil e no Maranhão, a AC teve um papel importante na área rural (Ação Católica Rural, posteriormente chamada de Ação dos Cristãos no Meio Rural) e na cidade (Ação Católica Operária, que hoje persiste no Movimento dos Trabalhadores Cristãos – MTC). Nestes movimentos, aos padres eram reservados papéis de “assistentes”, não de lideranças. Os leigos assumiam as funções dirigentes, o que às vezes resultava em pontos de vista contrários. Lembro-me como no JEC da parte flamenga da Bélgica na década de 1960 se desenvolveu uma forte discussão entre o então assistente, os dirigentes jovens, acerca do caráter do movimento. Toda a discussão girava em torno da questão: era a JEC voltada para a pastoral, sendo promotora, defensora e propulsora de práticas religiosas e de devoções no meio da juventude? Ou era sua vocação a inserção na sociedade com uma ação transformadora, envolvendo posturas críticas frente à sociedade estabelecida. O vínculo e a propagação entre os jovens da prática religiosa era obviamente a perspectiva defendida pelo representante do Magistério.

A segunda onda crítica e emancipatória tomou forma no seio mesmo da hierarquia. Os padres operários, que optaram juntar-se no trabalho fabril e nas lutas operárias, especialmente na França, era uma das expressões deste movimento. Mas também na hierarquia brasileira a renovada percepção aparece, por exemplo, quando em 1952,

sob impulso do padre Helder Câmara, posteriormente bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Era um tempo em que tal instituição não era julgada necessária, nem fazia parte da organização oficial da Igreja. Ainda como padre, dom Helder desenvolveu um trabalho extraordinário visando à criação da CNBB.”⁹ Mesmo contando com o apoio dos núncios e do papa, inicialmente a iniciativa da criação da Conferência era vista com desconfiança, como um movimento que introduzia algo inusitado numa Igreja caracterizada pelo centralismo e interpretada como ato de insurgência.

INICIATIVA DE RENOVAÇÃO NO MARANHÃO

A renovação eclesial conciliar não foi assim, simplesmente uma definição de cima para baixo, da hierarquia para o povo. Até aqui no Maranhão, vários movimentos anteciparam o Concílio, dando expressão ao sopro do Espírito. A Ação Católica especializada era um desses movimentos precursores. A Ação Católica tem raízes distantes no Maranhão. O II Encontro Nacional da Ação Católica Operária (ACO), por exemplo, realizou-se em São Luís no ano de 1962, antes do Concílio. O bispo auxiliar, Dom Frago, foi um dos promotores da ACO na arquidiocese de São Luís. E a preocupação com o trabalhador rural, com a educação e a comunicação transparece na instituição de vários organismos e instituições criadas durante o episcopado de dom José Delgado. Confirmam a ação social da Igreja no Maranhão naqueles anos a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA); o Conselho de Obras Paroquiais, de Educação e de Assistência (COPEA); a Ação Social Arquidiocesana (ASA); a Rádio Educadora Rural; a Fundação Universitária do Maranhão (FUMA); o Banco Rural, etc.

⁹ Agenda Jubileu CNBB 2002.

As Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão nascem antes de encerrada o Concílio Vaticano II. “A religiosidade e a catequese do povo do Maranhão já eram sementes bem plantadas quando as CEBs começaram. As rezas, as desobrigas e o zelo pelas capelas em certas regiões anteciparam o início das CEBs. A Ação Católica já dava seus frutos. O trabalho de comunidade encontrou núcleos bem desenvolvidos da ACR (Ação Católica Rural).”¹⁰

A CONFIRMAÇÃO CONCILIAR

Com a eleição do cardeal Roncali como novo papa, este processo recebeu um impulso inesperado. A opinião geral era que João XXIII seria um papa de transição, sem grandes realizações. Seu pontificado foi realmente de uma duração curta, de 1958 a 1963, mas com um impacto profundo nos rumos da Igreja Ocidental. Além das suas encíclicas *Mater et Magistra* (Mãe e Professora) e *Pacem in Terris* (Paz no Mundo), a convocação e o início da realização do II Concílio no Vaticano foi sua iniciativa mais significativa.

A novidade principal que o Concílio Vaticano II introduz na Igreja é a sua redefinição como povo de Deus. Assim, na Constituição sobre a Igreja (*Lumen Gentium*, n. 9), os bispos escrevem: “Em qualquer época e em qualquer povo é aceito por Deus todo aquele que O teme e pratica a justiça (cf. At. 10,35). Aprove contudo a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo...” O texto conciliar faz referência explicitamente à carta 1 Pedro 2,9-10, onde lemos: “...agora vocês são povo de Deus.”

O próprio Concílio passou por um processo participativo. Lembro-me como meu pai, que era um homem

¹⁰ CLEMENS, Carolina. **É bom lembrar**: um pedacinho da história das CEBs no Maranhão. São Luís: Gráfica Minerva. [19-?].

comum do povo, sem muita formação, porém ativo na paróquia, era convidado a participar de reuniões na casa paroquial onde ele e outros leigos participaram de uma consulta sobre assuntos que seriam tratados no Concílio. Foi certamente um processo inovador.

Muita coisa que o Concílio definiu, até hoje não está sendo exercida pela Igreja. Os documentos do Concílio estão cheios de caminhos e orientações, uma rica mina para a nossa atuação evangelizadora. Por isso, os textos precisam e merecem um estudo e aprofundamento continuado por parte da Igreja.

Na América Latina, as conclusões do Concílio Vaticano II foram concretizadas para o contexto local nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Na primeira, as CEBs foram apontadas como uma das estratégias de organização da Igreja no continente. Havia já diversas experiências de comunidades de base, entre outras em nosso Estado, um dos seus berços. Em Puebla afirmou-se a opção preferencial pelos pobres, como orientação para os rumos da Igreja. Em 1992 aconteceu a conferência de Santo Domingo, que recua frente aos rumos afirmados nas conferências anteriores e cujo processo organizativo recebeu críticas por causa de forte tendência de intromissão e direcionamento por parte do Vaticano.

COMPROMISSO SOCIAL E POLÍTICO DA IGREJA NO MARANHÃO

Nas décadas de 1960 e 1970, a ação pastoral da Igreja do Maranhão foi fortemente marcada pelo espírito do Concílio. As Igrejas particulares do Maranhão eram reconhecidas como Igrejas engajadas nas lutas sociais e em prol da justiça. Muito contribuíram para isso as comunidades eclesiais de base, que viveram um período de intensa missionaridade e realizaram, a partir de 1970, encontros regionais periódicos. Inicialmente, a partir de 1970, eram chamados de encontros provinciais. O

Maranhão ainda não era regional da CNBB, mas fazia parte de outro regional do Nordeste (do Nordeste 1, depois junto ao Piauí como Nordeste 4). Em 1977/78 foi fundada a Comissão Pastoral da Terra, que enfrenta até hoje a conflituosa realidade do campo. A CPT foi durante muitos anos referência para diversas lutas no campo e na cidade: a luta pela meia passagem dos estudantes; o Movimento contra a Carestia; a defesa dos migrantes que, expulsos do interior, ocupavam áreas e terrenos baldios em São Luís. Vale trazer na nossa memória os três pequenos (de estatura) mas grandes (de testemunho e ardor social) bispos, que animaram as Igrejas maranhenses de Bacabal, Balsas e Cândido Mendes (hoje Zé Doca) nestes anos difíceis de perseguições e mortes: dom Pascásio Rettler, dom Rino Carlesi e dom Guido Casulo.

O testemunho de martírio e luta da Igreja maranhense marcou o 4º Encontro das CEBs em Itaici (1982). Mais da metade da delegação tinha sido vítima de prisão, perseguição ou tortura. E as lutas que os trabalhadores rurais, as mulheres e os pescadores, componentes do grupo, enfrentavam, impressionou as delegações dos outros Estados. Por causa disso, no encontro as comunidades do Estado são escolhidas para coordenar o 5º Encontro em Canindé (1985). Enquanto a equipe do Maranhão ficou responsável pelo conteúdo, o Ceará assumiu a responsabilidade sobre a organização.

Quando em 1996, o Governo do Estado junto com o Conselho Estadual de Saúde organiza a III Conferência Estadual de Saúde, o arcebispo de São Luís é convidado para a abertura porque a Igreja é avaliada como importante sujeito nas lutas sociais.

Este caráter da nossa Igreja ainda pode ser reconhecida nas cartas dos bispos do Maranhão de 2001 e de 2002 e nas suas responsabilidades nacionais, acompanhando o CIMI, a CPT e a Caritas.

Na segunda metade da década de 1980, novos movimentos religiosos leigos surgirão na Igreja do Brasil e

também do Maranhão. Focolares, Renovação Carismática, neo-catecumenato são trazidas de fora e suspeita-se com a intenção de neutralizar a ação renovadora das CEBs.

Fazer opção por um dos modos de pertencer à Igreja implica em pensar e agir diferente! Não dá no mesmo, militar nas CEBs e pastorais sociais ou vincular-se a movimentos espirituais. A concepção sobre o ser cristão e sobre o ser da Igreja não são iguais. Porém, todos se sentem Igreja! Para nós, é uma indagação importante: como tratar estas diferenças? Que visão sobre o papel da Igreja, estilos de liturgia, relação com a hierarquia, novos ministérios, etc. cultivamos? Que significados ou formas novas podem assumir a catequese, os templos, as igrejas, os adereços? Será que a predominância da cultura imperial romana ainda condiz com as formas de celebração e organização necessários ao espírito do nosso tempo e num continente com traços culturais indígenas e afro-descendentes?

Esta Igreja deve buscar novas formas de organização, adequadas à realidade e à cultura local e atual, que exigem presença crítica, entusiasmo, abertura também para receber críticas. Ter amor à Igreja implica preocupar-se pela sua significação social. Crer na Santa Igreja é acreditar que ela representa algo de importante para a sociedade, para o nosso tempo. Às vezes é necessário exercer pressão para que a voz de todos seja ouvida.

Apresentam-se ainda vários desafios, dos quais podemos ressaltar alguns: numa cultura individualista, defender e praticar o coletivo; num mundo monopolizado pelo modo americano (estadunidense) de viver, defender as contraculturas; num mundo marcado pelo pensamento único, respeitar o pluralismo; num mundo marcado por violências, promover a paz.

A Assembléia do Povo de Deus (APD), realizada no decorrer dos anos 2003/2004 mostrou o desejo, as possibilidades e algumas direções em que a Igreja pode caminhar se quiser intensificar a prática de viver como

povo de Deus. Os seus anseios são expressos pelas comunidades nos diversos relatórios diocesanos e sistematizados na “Síntese Regional”¹¹. Na Assembléia Regional de Pastoral, realizada em Barra do Corda (março de 2004), a partir das orientações da APD, foi elaborada o seguinte objetivo para a atuação futura da Igreja maranhense, que expressa claramente a intenção de dar continuidade na busca de uma Igreja encarnada, libertadora, celebrativa, missionária, aberta, dialogal, ecumênica.

Fiéis ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus, optamos por uma Igreja que a partir do anúncio e seguimento de Jesus Cristo, caminho, verdade e vida, nos seus diversos níveis e instâncias, vive o espírito das CEBs; celebra e liga a fé com a vida;
é povo de Deus no qual ninguém se sinta excluído;
é ministerial e descentraliza poder e tarefas;
é missionária, profética e samaritana;
está comprometida com o social e promove a partilha;
acolhe e se abre ao outro, ao diferente, é ecumênica..

¹¹ Esta Síntese Regional é publicada no 2º volume da série Regional Nordeste 5 da CNBB: Assembléia do Povo de Deus: processo de construção do 4º Plano Pastoral da Igreja do Maranhão. São Luís: Regional Nordeste 5 da CNBB, 2004.

REFERÊNCIAS

Agenda Jubileu CNBB 2002.

ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo: 2000 anos de caminhada.** Coleção: Igreja na história. São Paulo: Paulinas, 1996.

REGIONAL NORDESTE 5 DA CNBB. **Assembléia do povo de Deus: processo de construção do 4º Plano Pastoral da Igreja do Maranhão.** Série Regional Nordeste 5 da CNBB, n. 2. São Luís: Regional Nordeste 5 da CNBB, 2004.

COMBLIN, José. **O povo de Deus.** (Temas de atualidade). São Paulo: Paulus, 2002.

CLEMENS, Carolina. **É bom lembrar:** um pedacinho da história das CEB's no Maranhão. São Luís: Gráfica Minerva, [198?].

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos, declarações.** 5. ed. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg O.F.M. Coordenação Geral de Frei Frederico Vier O.F.M. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUTIEREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II:** cem anos de doutrina social da Igreja. Tradução de Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995. (Coleção Sociologia atual).

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002):** jubileu de ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja.** Tradução de Neroaldo Pontes de Azevedo; revisão de Luiz Antônio Miranda. São Paulo: Paulinas, 1982. (Coleção Estudos e Debates Latino-Americanos).